

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Sindicato dos Bancários – Londrina – PR

Data: 08 de Novembro de 2016

Horário: 08h00 horas (1ª convocação) - 08h30(2ª convocação)

1 Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis foi realizada reunião ordinária do
2 Conselho Municipal de Assistência Social no Sindicato dos Bancários, sito à Avenida Rio de
3 Janeiro, 854, Centro, Londrina – PR. Os participantes desta reunião foram registrados em lista
4 de presença devidamente assinada e arquivada. A reunião é iniciada em segunda chamada,
5 às oito horas e trinta e seis minutos com a leitura da pauta **1. Apresentação e aprovação da**
6 **pauta; 2. Leitura e aprovação de atas; 3. Censo SUAS; 4. Editais CEDCA; 5. Comissão de**
7 **Fundo; 6. Deliberações do CMAS; 7. Relato de comissões; 8. Informes.** A conselheira
8 Luana Garcia solicita inclusão de ponto de pauta referente à recomposição da mesa diretora
9 que é deliberada pela plenária, ficando a Pauta da seguinte forma: **1. Apresentação e**
10 **aprovação da pauta; 2. Leitura e aprovação de atas; 3. Censo SUAS; 4. Recomposição da**
11 **Mesa Diretora; 5. Editais CEDCA; 6. Comissão de Fundo; 7. Deliberações do CMAS; 8.**
12 **Relato de comissões; 9. Informes.** Logo após foi iniciada a leitura da Ata da reunião realizada
13 no dia vinte e seis de abril de dois mil e dezesseis para apreciação e aprovação. Após
14 sugestões de alterações a ata foi aprovada. Em seguida a Presidente do Conselho Valmirete
15 Alves sugere a realização de reunião extraordinária no dia vinte e nove de novembro de dois
16 mil e dezesseis para leitura e aprovação das atas em atraso, proposta aceita pelos conselheiros
17 presentes. Gisele Tavares sugere ainda que, se ao final desta reunião houver tempo, que seja
18 retomada a leitura de outras atas. **3. Censo SUAS;** a Conselheira Gisele Tavares pede para
19 fazer uma contextualização do Censo. Após a sua explanação, Valmirete Alves faz a leitura do
20 documento a ser respondido por este Conselho e as propostas de respostas assinaladas.
21 Aberto espaço para discussões e sugestões de alterações, o questionário respondido foi
22 aprovado. **4. Recomposição da Mesa Diretora;** Após relato da impossibilidade do conselheiro
23 Eloyr Pacheco em continuar suas atividades neste conselho, uma vez que não compõe mais o
24 quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Londrina, é colocada a necessidade de indicação
25 dos representantes governamentais para ocupar o cargo de 1º Secretário/a da mesa diretora
26 do CMAS. Gisele Tavares sugere como proposta a escolha de um/a secretário/a em cada
27 reunião visto haver apenas três reuniões ordinárias em dois mil e dezesseis e não sabermos
28 quem continuará indicado para compor o CMAS em dois mil e dezessete com a mudança de
29 gestão. A proposta é acatada pelo conselho. Devido os próximos pontos de pauta dependerem

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

30 da presença da conselheira Márcia Valim, a conselheira Ivana Rodolpho sugere a inversão de
31 alguns pontos da pauta visto esta ser muito extensa. Após as ponderações, Valmirete Alves
32 sugere que, para aproveitar o tempo e aguardar a presença da conselheira Márcia Valim, seja
33 feita a leitura de outra ata para apreciação e aprovação. Aprovada a sugestão, Eliane Pagani
34 faz a leitura da ata da reunião do dia dez de maio de dois mil e dezesseis que, após apreciação
35 e sugestões é aprovada. Com a chegada da conselheira Márcia Valim, passa-se à discussão
36 do ponto **5. Editais CEDCA**; Márcia relata a participação na comissão do Fundo da Infância e
37 Adolescência – FIA, refere que os editais devem chegar até dezembro de dois mil e dezesseis
38 com prazo até março de dois mil e dezessete, com propostas de repasses fundo a fundo para
39 serviços com crianças e adolescentes com deficiência e outros serviços. Neste sentido, pede
40 esclarecimento ao Município quanto às questões de certidões, visto que Londrina não está
41 acessando financiamentos por problemas de documentação uma vez que os termos em
42 comento necessariamente precisam ser conveniados com o município. Gisele Tavares sinaliza
43 o avanço do repasse ser fundo a fundo e faz alguns esclarecimentos, indicando que há dívidas
44 do município com a COPEL, que a SMAS já encaminhou para pagamento o que lhe cabia mas
45 que há outras secretarias também com débitos, constando pendências na certidão negativa da
46 Secretaria de Fazenda Estadual. Refere que o financiamento do Programa Liberdade Cidadã
47 foi renovado, mesmo com a pendência de certidão, contudo, o Programa Crescer em Família
48 não foi possível conveniar uma vez que, por se tratar de convênio novo, o Estado informou não
49 poder deixar de exigir toda a documentação. Informa que a Controladoria Geral do Município
50 é consultada constantemente para informar a atual situação. Sugere que o conselho formalize
51 pedido de esclarecimento. Refere que o município foi inscrito no sistema CAUC do governo
52 federal em razão de convênios do ano dois mil, que a SMAS realizou questionamentos aos
53 órgãos competentes sobre o pagamento ou se já houve prescrição do prazo, sendo indicado
54 como opção o pagamento com a continuidade da análise da prescrição da dívida para possível
55 pedido de estorno do pagamento. Informa que o processo de pagamento será rápido e,
56 complementarmente, deverão ser tomadas outras providências de prestação de contas. Após
57 o debate, foi deliberado pelo pedido oficial de esclarecimentos à Controladoria do Município.
58 Novamente é solicitada a inversão de ponto de pauta passando a ser discutido o ponto **7.**
59 **Deliberações do CMAS.** Márcia Valim refere que o pedido é pessoal e pelo acompanhamento
60 realizado junto à comissão de fundo deste conselho. Sugere que seja feito um estudo das
61 deliberações do CMAS *versus* as providências tomadas para sua realização, inclusive para

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

62 prestação de contas na Conferência Municipal. Informa que a motivação do pedido é devida
63 às deliberações referentes à comissão de fundo que estão sem conclusão desde dezembro de
64 dois mil e quinze. Márcia propõe o levantamento das resoluções para prestação de contas e
65 que seja feita uma sistematização. Valmirete Alves reforça a importância desse procedimento
66 e a conselheira Eva Passini fala sobre a importância da publicidade das deliberações e ações
67 do conselho neste sentido. Eliane Pagani questiona como isso será feito. Eva refere que este
68 é um procedimento administrativo e que, no seu entendimento, deverá ser feito pela secretaria
69 executiva do CMAS em conjunto com a SMAS. Gisele sinaliza que algumas resoluções não
70 são de providências da SMAS. Márcia e Valmirete sugerem que a planilha circule nas
71 instâncias e setores pertinentes para obtenção do panorama da situação atual de cada
72 deliberação. Eliane questiona se é necessário pedir formalmente as respostas. Foi deliberado
73 pelo encaminhamento da planilha para cada setor, acompanhado de ofício solicitando o
74 preenchimento. Conselheira Luana questiona sobre o estabelecimento de prazo, sendo
75 deliberada a data de treze de dezembro de dois mil e dezesseis, última reunião do CMAS neste
76 ano. Após isso, passou-se a discutir o ponto **6. Comissão de Fundo**; A conselheira Márcia
77 continua com a palavra contextualizando a realização de reuniões da comissão e algumas
78 reflexões feitas pelos membros desta no que se refere às deliberações não efetuadas como
79 por exemplo a restituição de recursos para entidades após devolução de saldos com a
80 renovação de convênios; os recursos para o SCFV devido ao reordenamento, saldos em conta
81 e o impedimento de recebimento de recursos, a implantação da instância de controle do
82 Programa Bolsa Família e a gestão do IGD. Foi questionado o motivo do não repasse dos
83 recursos e Márcia reforça que a comissão é ativa, que os membros representantes
84 governamentais estão sempre à disposição com informações, mas os esclarecimentos obtidos
85 junto ao FNAS são insuficientes para explicar o real motivo dos atrasos. Informa que a
86 comissão está acompanhando o atraso no repasse dos convênios e que para o mês atual não
87 há certeza da previsão de pagamentos. Gisele esclarece que, no que se refere aos recursos
88 de fonte livre, o fluxo de caixa do município está muito baixo e isso é preocupante. Refere que
89 o conselho precisa se debruçar sobre isso, pois em um cenário de dificuldades é necessário
90 fazer escolhas de prioridades, que não é dificuldade da SMAS tendo em vista que esta faz os
91 trâmites que lhe cabem e que o conselho pode se manifestar solicitando prioridades nos
92 pagamentos. Ordália Ferreira pede a fala para pontuar que há atrasos nos benefícios também.
93 Eva reforça que a fonte livre, que é composta por recursos do município, está em dificuldades,

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

94 mas que as fontes vinculadas não têm motivos para atraso. Valmirete coloca a importância de
95 discutir encaminhamentos e para quem devem ser feitos os questionamentos. Deliberado que
96 a comissão irá estudar formas legais para minimizar a dificuldade de repasses para as
97 entidades. Eva esclarece que o orçamento 2017 ainda não foi aprovado o que pode prejudicar
98 os repasses. Ordália sinaliza a questão das certidões vencidas que também prejudicam os
99 repasses. Valmirete questiona sobre os planos de trabalho. Gisele faz os esclarecimentos,
100 inclusive sobre a prioridade do trabalho da gerência de convênios com a servidora Marily
101 Garani que está compondo a equipe. Tatiane Fonte esclarece sobre os procedimentos de
102 apostilamento para agilizar os pagamentos. Gisele faz outros esclarecimentos e relata algumas
103 providências já tomadas, sendo o empenho de cinquenta por cento dos valores para repasse
104 para as entidades e que ajustes contábeis estão sendo providenciados. Reforça que não há
105 um posicionamento da SMAS contrária ao cumprimento das deliberações deste conselho, mas
106 reconhece que há dificuldades internas da própria SMAS. Márcia retoma as discussões e
107 providências referentes aos repasses para as instituições. Discutidas as questões dos saldos
108 em conta e os procedimentos arbitrários do governo federal quanto aos repasses. Valmirete
109 questiona que, diante desse cenário, qual será o posicionamento deste conselho. Acredita que
110 um questionamento oficial é importante. Eva refere sobre a confusão entre a função
111 administrativa da gestão e o papel da comissão de fundo. Reforça ainda as dificuldades
112 internas para os trâmites. Sandra Nishimura retoma o atraso nos benefícios e o
113 acompanhamento da comissão. Esclarece que já foi encaminhado para entender o que
114 aconteceu para sanar as dificuldades. Deliberado que o CMAS solicitará oficialmente à SMAS
115 os esclarecimentos necessários e que a comissão continuará se reunindo. Márcia informa que
116 o PAEFI recebeu os R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) que estavam faltando na última
117 parcela repassada pelo governo federal e que o processo com a comissão de controle sobre o
118 IGD/BF não conseguiu ser finalizado, mas que houve muitos avanços. Gisele informa também
119 que foram retomadas as providências de licitação para contratação de empresa para realização
120 do Cadastro Único. No que se refere ao ACESSUAS Trabalho, Márcia acredita ser necessário
121 retomar as discussões e questiona sobre a situação da entidade APP Vida. Quanto a essa
122 entidade, Gisele esclarece que não há um posicionamento do judiciário e que os pagamentos
123 estão sendo feitos conforme liminar judicial. Gisele e Márcia discutem a alteração do
124 cronograma de desembolso, outras situação e procedimentos. Gisele informa que a liminar é
125 para manter o serviço que ela vem prestando, incluindo a Operação Noite Fria e que estão

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

126 sendo pagas as parcelas de acordo com as deliberações deste conselho, já contemplando a
127 nova Casa de Passagem – CPPIN e a Operação Noite Fria com os recursos já previstos no
128 convênio firmado. Foi feito o apostilamento do cronograma de desembolso constante no Plano
129 de Trabalho para ajustar o valor das parcelas a essas deliberações, sendo que o aditivo deverá
130 ser feito em 2017 para conclusão daquele exercício. Finalizados os esclarecimentos, Gisele
131 solicita a palavra para informar sobre a consultoria com Dirce Koga. Refere que nos dias
132 quatorze e quinze de dezembro deste ano corrente haverá o Segundo Encontro Municipal de
133 Vigilância Socioassistencial para apresentação dos resultados da consultoria e fluxos. Ressalta
134 que posteriormente serão informados os números de vagas. Solicita deliberação do CMAS
135 para custear gastos do evento com o IGD/SUAS. Esclarece que não foram gastos os
136 R\$ 100.000,00 (cem mil reais) deliberados para compra de equipamentos com o recurso visto
137 a mudança da sede da SMAS. Informa que as despesas a que se refere o pedido são com
138 passagens da consultora, coffee break, som e materiais. Márcia questiona sobre as
139 deliberações anteriores do recurso, reafirmando outras necessidades que ainda persistem,
140 como a compra de equipamentos para o conselho, pagamento de estagiários, realização da
141 conferência e a ampliação e garantia da participação do conselho em outros espaços. Após
142 discussões foi deliberado pela utilização do recurso com despesas do evento. Não havendo
143 relato de outras comissões, é passado para os **8. Informes**. Reunião com a SEDS referente
144 ao cofinanciamento da abordagem e acolhimento adulto. Outros municípios fizeram o aceite e
145 isso melhorará a rede metropolitana de serviços. Márcia e o conselheiro Carlos da Silva
146 informam pauta do CEAS referente ao ofício encaminhado questionando os critérios e repasses
147 não continuados do cofinanciamento. Sandra Nishimura relata que a Comissão de transição
148 realizou reunião com a SMAS na data de sete de novembro de dois mil e dezesseis. Márcia
149 solicita a socialização do documento enviado para a equipe de transição. Valmirete faz a leitura
150 do e-mail da Casa de Oração para Todos os Povos e informa que será reiterado o pedido de
151 cessão do espaço para realização da Audiência Pública em 2017. Registre-se que a lista de
152 presença é documento integrante desta ata. A reunião é encerrada às 12h00, sendo o que
153 havia a ser relatado, eu, Luana Garcia Campos, 2ª Secretária deste Conselho, redijo a presente
154 ata desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.